

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Marques Mendes encerra congresso do PSD/Açores

Editorial

O CANDIDATO E O ANTI-CANDIDATO

Para quem ainda tivesse dúvidas, e parece-me que já são cada vez menos eleitores, o debate ontem entre Cavaco e Soares tornou tudo claro. E ainda há quem se queixe do modelo dos debates.

Cavaco, calmo e sereno, um verdadeiro Presidente, expôs as suas ideias para o futuro de Portugal, disse o que tenciona fazer para ajudar o país a sair da crise em que se encontra, ajudando a potenciar os consensos nacionais e a encontrar pontos de convergência entre todos, Governo, Assembleia e Oposição. Tudo para colaborar na melhoria de vida dos portugueses.

Do outro lado, Soares, nervoso, arrivista, inquieto, quase um mero entrevistador, limitou-se a falar do passado, criticando, só criticando, insultando mesmo, arrogante, narcisista, destrutivo, não deixou no ar uma única ideia. Soares demonstrou que só está nesta candidatura para expor o seu ódio pessoal a Cavaco e, pela negativa, impedir a vitória de Cavaco.

Nada que não tivéssemos visto já no passado e recentemente nos anteriores debates, designadamente com Manuel Alegre. Aí também o seu ódio e o seu azedume superaram o decoro exigível.

Soares não tem ideias para o futuro, demonstrando ser um candidato do passado!

Soares evidenciou estar preocupado apenas com Cavaco, tentando evitar a sua eleição, apenas porque sim! Apenas pelas piores razões ou por razões nenhuma...

A sua arrogância intelectual ultrapassou as raias do aceitável. Só ele escreve livros. Só ele sabe o que se passa no Mundo. Só ele é conhecido nos fora internacionais. Só ele conta...

É tempo de dizer basta! Manuel Alegre, seu companheiro de luta socialista, que o conhece melhor que ninguém, já lhe disse que não contava mais com ele. Deu o exemplo.

Cavaco também deu um grande exemplo, não cedeu, manteve o seu discurso, não respondeu aos ataques baixos que sofreu, deu mostras de enorme dignidade, aquela que é exigível para um Presidente. O seu discurso foi claro sobre todos os assuntos, explicando as suas ideias e os seus projectos.

Que diferença! Que boa diferença!

Fica claro de todos estes debates que temos um único candidato a sério nestas eleições: Cavaco. Todos os restantes só estão na contenda pela negativa, especialmente Soares. São apenas tão só anti-candidatos!

Os portugueses percebem bem a diferença e, estou certo, vão saber expressar no voto a sua esperança num futuro melhor. Com Cavaco. Logo à primeira.



Destaques:

Congresso do PSD/Açores

Pag 2

Presidenciais:

Cavaco Silva em campanha

Pag 5

Saldanha Serra:

“A nova realidade autárquica em Lisboa”

Pag 13

Declaração do Secretário-Geral

Pag 16

Como é da tradição, o “Povo Livre” interrompe a sua publicação no período festivo de Natal e Fim-do-Ano.

A todos os nossos leitores, militantes e simpatizantes do PSD, desejamos um Santo Natal e um Feliz 2006

No seu discurso de encerramento o Presidente Nacional do PSD denuncia conduta do Governo

No Domingo passado encerrou, nos Açores, o Congresso do PSD daquela Região Autónoma, que procedeu à eleição dos novos corpos dirigentes do nosso Partido, a nível local.

A nova Comissão Política passa a ser dirigida por Costa Neves, antigo Deputado, Euro-Deputado e Ministro da Agricultura, que substitui Victor Cruz, que tinha declarado o seu desejo de abandonar o cargo, que exerceu com a maior dedicação e competência, tendo sido considerado um dos jovens políticos com mais qualidade, nos últimos anos da vida do PSD.

Da moção vencedora, apresentada por Costa Neves, destacamos:

... Este Congresso tem uma missão a cumprir: escolher uma liderança consistente, reforçar a coesão, criar condições para a mobilização em torno da alternativa que temos de constituir. Nos Açores, só o PSD pode constituir a alternativa de Governo. E temos de o fazer assumindo a nossa condição de oposição. Fazemo-lo pelos Açores e pelo PSD.

Quero ser muito claro! Este é o segundo Congresso que realizamos em menos de um ano e vamos eleger a quinta direcção política em dez anos. Não podemos continuar por este caminho.

Não há Partido sem um conjunto de militantes empenhados em torno do nosso projecto de sociedade. Sinto, porém, que, alguns estão tristes, desiludidos, outros, cáusticos, demasiado cáusticos... e cansados... muito cansados. Não podemos continuar com essa disposição.

A situação nos outros Partidos não parece melhor... O PCP/CDU foi varrido da Assembleia Legislativa Regional, o CDS-PP tem um deputado, o PS disfarça fragilidades através da relação promíscua que mantém com o Governo e com a cúpula da Administração.

A sociedade civil está estrangulada pela omnipresença do Governo e da Administração, instrumentalizada a favor de uma estratégia que visa, antes do mais, não o desenvolvimento sustentável dos Açores, como deve, mas o reforço da teia socialista, usando e abusando, sem pudor, dos meios de todos nós.



Simultaneamente, reforça-se a gigantesca e eficaz máquina de propagando do Governo, ironia das ironias... também ela paga com o dinheiro de todos nós, que vai fabricando ilusões, refazendo a história, entorpecendo a capacidade crítica.

O que é grave é que os Açores vão ficando para trás, cada vez mais irrelevantes e dependentes do exterior.

Um estudo elaborado, a solicitação do Governo da República por uma equipa coordenada pelo Prof. Augusto Mateus que, coisa rara, abrange os Açores, é taxativo. Somos os que mais dinheiro recebem dos Fundos Comunitários, mas dos que registam menos eficácia.

O estudo abrange 30 regiões do País, as Nuts III, e utiliza 35 indicadores para “medir” os níveis de coesão e competitividade de cada região.

Ao definir as regiões ganhadoras e perdedoras, os Açores estão entre as que estão, claramente, a ficar para trás. A nossa Região é uma das 8 regiões menos competitivas e coesas de Portugal, ficando abaixo dos 66.1% da média nacional.

A conclusão é óbvia. Os meios têm sido “gastos” pelos socialistas, sem critério e sem eficácia. Somos, sistematicamente, remetidos para os últimos lugares de todos os rankings, como se de uma fatalidade se tratasse,

.../ Não vendo ilusões. Só o trabalho, muito trabalho, a força das convicções, a consistência e a

persistência, a constante promoção de um projecto sólido, feita com credibilidade, pode gerar esperança e confiança e propiciar os resultados que queremos.

Só dependemos de nós, da nossa força interior, das escolhas que fizermos, da acção que desenvolvermos.

É agora, já, a partir deste momento que temos de assegurar o controlo sistemático da acção governativa, a permanente dianteira na marcação da agenda política, a afirmação e divulgação do nosso projecto, na demonstração diária de que é o PSD que melhor sabe, pode e quer corresponder aos anseios dos açorianos.

.../ A nossa jornada começa com um pequeno passo. Quanto mais adiarmos este passo, mais tarde chegaremos ao destino. Acredito nas mulheres e nos homens que fizeram do PSD um grande Partido. Agradeço ao Dr. Victor Cruz os exemplos de dedicação, espírito de serviço e verticalidade que nos deixa. O Muito obrigado, Victor Cruz! Com a herança que recebemos, convosco, com as nossas ideias e o nosso amor aos Açores, levaremos o PSD à vitória, em próximas eleições legislativas!

.../ Não se dinamiza o Partido sem os seus militantes ou contra os seus militantes. O Partido precisa de ser “água corrente”. O debate, a pluralidade de opiniões só pode dar maior motivação para as nossas tarefas, só pode reforçar a capacidade

para lhes corresponder. Não podemos e não vamos afastar os que de nós discordem, em determinados momentos, desde que o façam de boa fé, de forma leal, olhos nos olhos. No PSD não pode haver delito de opinião.

Chega de “unanimismos” estéreis. “NÃO” à cultura de “Yes Men”. “NÃO” aos acomodados.

Vou partilhar responsabilidades e trabalho. Quem está ao nosso lado tem a obrigação de intervir. Vou pautar-me pelo princípio “cada mastro a sua vela”, fazer circular a informação, comunicar, de tal forma que todos estejam “por dentro” e, assim, multiplicar os resultados do nosso esforço. Temos de ser implacáveis com os intrigistas, os que revelam

má fé.

.../ Os partidos políticos não podem esgotar o espaço de participação a que todos os cidadãos têm direito. Os cidadãos não filiados em partidos são uma ampla maioria entre os açorianos e é óbvio que a sua colaboração, o seu envolvimento, o seu trabalho não só são desejáveis como essenciais. Muitos não abdicarão da sua condição de não militantes em partidos políticos. É uma opção a respeitar. Outros, juntar-se-ão ao PSD e nós seremos mais fortes.

A Assembleia Legislativa Regional é o coração da autonomia regional. Tem de funcionar mais e melhor, tem de ser o espaço de discussão das grandes questões açorianas e os cidadãos têm de se rever no que nela se faz, considerá-la útil e eficaz. O grau de presença e de visibilidade da Assembleia traduz o nível de qualidade da democracia nos Açores... Está bem baixo!

.../ Vou privilegiar uma relação muito próxima com os autarcas eleitos em listas do PSD. Conto muito com eles. A delimitação de competências e de responsabilidades da administração regional e da administração local deve ser reavaliada, clarificada e actualizada. O Governo Regional tem invadido o espaço das autarquias e não as tem tratado com equidade.

.../ Só a competitividade e a consequente convergência libertam de dependências estéreis. O conceito de coesão económica, social e



territorial não pode ter uma aplicação limitada à relação Portugal/ União Europeia. De princípio passa a miragem enquanto subsistem desequilíbrios notórios de desenvolvimento entre os países da União Europeia, as diferentes regiões do País ou as diferentes parcelas da Região.

Ao princípio da coesão tem de se associar o conceito de competitividade. A coesão pode realizar-se gastando o dinheiro, mas eternizando dependências, como tem feito o Governo Socialista, ou pode realizar-se usando o dinheiro para aumentar

a competitividade, libertar as dependências, garantindo a convergência que continua adiada. É o que me proponho fazer. O grande objectivo a prosseguir é o da convergência com os espaços mais alargados de que somos parte.

.../ Concluo, afirmando que estar na oposição não é uma fatalidade.

Aceito o juízo e a escolha dos eleitores como deve acontecer em democracia. Porém, estando na oposição ambiciono regressar ao poder para executar uma política bem diferente da que o PS tem protagonizado. Os Açores precisam de uma nova cultura política, participada e plural.

O PSD está, como sempre esteve, ao serviço dos Açores e dos açorianos. Acredito no PSD porque acredito em vós. Acredito nos Açores porque acredito nos açorianos!

Após a vitória, últimas declarações de Costa Neves

Concluída a votação das várias moções e declarada a inequívoca vitória de Costa Neves, o novo Presidente do PSD/Açores dirigiu-se ao Congresso, aos convidados, ao Presidente Honorário do PSD/Açores, Mota Amaral e especialmente a Luís Marques Mendes, Presidente Nacional do PSD, afirmando:

As minhas primeiras palavras são para saudar o Dr. Marques Mendes, Presidente do PSD. A sua presença na sessão de encerramento deste Congresso, é um sinal claro da solidariedade do líder nacional do nosso partido, que todos os sociais-democratas Açorianos agradecemos.

A solidariedade na política, tal como na nossa vida, tem dois sentidos. Quero dizer-lhe, Dr. Marques Mendes que pode contar com o PSD dos Açores para o ajudar a traçar o rumo duma alternativa de governo ao partido socialista.



Com o respeito de sempre que todos os Açorianos compreendem, dirijo-me ao Dr. Mota Amaral, autonomista ilustre, fundador do PSD e uma das figuras de referência da política portuguesa.

Como líder do PSD, tudo farei para honrar o legado que o Dr. Mota Amaral deixou ao Partido Social-Democrata. Um legado de credibilidade na acção política, de sentido de honra que deve presidir a todos os nossos actos e da ética, sem a qual a "política não vale a pena", como disse Francisco Sá Carneiro. Faça-o, não apenas em nome deste Congresso, mas de todos os Açorianos que o estimam como homem e o respeitam como grande político que é.

Ao Dr. Victor Cruz, meu antecessor, agradeço, em meu nome e em nome dos militantes do PSD, o exemplo de coragem, dedicação à causa pública e ao serviço do partido que a sua liderança representou.

O Dr. Victor Cruz deixou de ser líder do PSD por um acto de vontade própria. Sai da liderança, mas não sai dos nossos corações.

Contamos todos com a sua presença, como militante empenhado, nas tarefas que o futuro nos reserva.

Como líder do PSD, quero dizer-lhe que o seu esforço não foi em vão! Faz parte duma caminhada que vou continuar e tudo farei para recuperar a confiança maioritária dos açorianos, nas eleições de 2008.

Não há derrota que sempre dure, nem vitória que nunca se alcance. Queremos e podemos vencer!

.../ Aos militantes do meu partido agradeço a confiança expressiva que o voto na moção que subscrevi recolheu e que as listas que apresentei para os órgãos regionais tiveram. .../ Quero que todos participem mais em todas as deliberações e que contribuam com a sua opinião para o debate plural, desde sempre apanágio do nosso partido. Todos os contributos são

bem-vindos, nos locais próprios e no tempo certo, porque essa é a regra da democracia, inscrita como valor de referência nos nossos princípios matriciais. Apenas é militante quem o deseja ser e aceita as regras de funcionamento do partido. Aqueles que as não aceitam, têm outras alternativas de intervenção, fora dos quadros partidários. Nesta matéria não pode haver hesitações!

.../ Seremos uma oposição combativa e de alternativa política. É isso que os Açorianos esperam de nós.

No parlamento e fora dele, em todas as freguesias, em todos os concelhos, em todas as ilhas dos Açores seremos oposição, porque ser oposição, porque ser melhor oposição é o único caminho que nos conduz à vitória. Somos diferentes deste poder socialista que nos governa. Somos diferentes em tudo.

Não nos conformamos com o facto dos Açores irem ficando para trás, cada vez mais irrelevantes e dependentes do exterior. Somos a região do país que mais fundos comunitários recebeu, mas uma das que menos eficácia registou na sua aplicação.

Os Açores são uma das oito regiões do país menos competitivas e coesas, ficando abaixo dos 66,1% da média nacional.

A conclusão é evidente: os recursos financeiros são gastos sem critério e sem eficácia. Só a competitividade, a coesão e a consequente convergência com os espaços mais alargados em que nos integramos, podem libertar dum atraso para o qual a governação socialista nos arrastou.

.../ É indispensável o relançamento da filosofia do POSEIMA, instituindo uma linha orçamental própria, no âmbito do desenvolvimento regional, de tal forma que saindo-se da disciplina dos Fundos existentes, seja possível actuar em domínios que os regulamentos dos Fundos vedam,

como, por exemplo, ter a possibilidade de, em situações predefinidas, passar a apoiar pequenas e médias empresas, bem como os domínios da energia, dos transportes, do ambiente.

As Novas Perspectivas Financeiras são uma questão essencial para os Açores. O PSD participará activamente neste debate, prestando a maior atenção às decisões relativas aos meios financeiros a afectar aos Açores, à sua distribuição dentro dos Açores, bem como às regras que orientarão a respectiva utilização. Só podemos aceitar total transparência e o mais amplo consenso neste processo.

Uma nova ambição para os Açores passa pelo aproveitamento de todas as potencialidades que a última revisão constitucional abriu às Autonomias dos Açores e da Madeira.

.../ Outra das reformas que os Açores têm pela frente é a do sistema eleitoral, em discussão já na Assembleia da República. O PSD reafirma a sua opção pela manutenção da realidade ilha como elemento identificador de cada círculo eleitoral, o que não parece conciliável com a criação dum décimo círculo eleitoral regional, aproveitando restos.

.../ Uma nova ambição para os Açores tem tradução no processo de revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, com o objectivo de acautelar a coesão e a competitividade dos Açores, revendo a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Estado, valorizando os critérios do Fundo de Coesão e da definição dos projectos de interesse comum e ampliando a nossa capacidade legislativa em matéria de política fiscal, designadamente podendo alterar os escalões do IRS e do IRC, bem como definindo mecanismos de incentivos fiscais.

.../ O PSD começa hoje uma nova caminhada! O primeiro passo será dado nas próximas eleições presidenciais. A situação no País e na Região, justifica que se dê a maior relevância a que o próximo Presidente da República seja o Prof. Aníbal Cavaco Silva. O apoio do PSD/Açores a esta candidatura é, e continuará a ser, inequívoco e activo. A eleição do candidato presidencial que apoiarmos será a primeira de outras vitórias

Vamos celebrar com os Açorianos um contrato de mudança. É necessária uma nova cultura política, participada e plural. A democracia dos Açores precisa de mais qualidade e a governação de maior rigor e transparência.

O PSD será o agente desta mudança. Estamos, como sempre estivemos, ao serviço dos Açores e dos



Açorianos. Vamos, todos juntos, fazer com que os Açorianos voltem a confiar no PSD!

Contem comigo! Eu sei que posso contar com todos!

O Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, encerra o Congresso

Finalmente, a encerrar o Congresso, falou Luís Marques Mendes. No seu discurso, depois de exprimir as suas congratulações e de todo o Partido a Costa Neves, pela sua eleição e de recordar e agradecer a Victor Cruz a sua exemplar actuação como Presidente do PSD/Açores, fez um ponto de situação altamente crítico da acção do actual Governo, afirmando:

As eleições presidenciais são importantes e ocupam um grande espaço mediático.

Mas a campanha presidencial não pode servir para esconder o agravamento da situação económica e social, que se tem vindo a registar em Portugal e as responsabilidades graves que o Governo socialista te, nesta situação.

O Governo foge desta realidade como Diabo da Cruz. O Governo faz tudo para esconder a crise. Mas a verdade é só uma: a situação económica está a agravar-se, o desemprego aumenta, os impostos sobem, o poder de compra baixa e o Governo passa o tempo em cerimónias e mais cerimónias para tentar desviar as atenções das suas responsabilidades.

A verdade dos números não mente e os Portugueses devem conhecê-la: no 3º trimestre deste ano – comparado com o 2º – o PIB teve uma quebra substancial (quase 1 ponto percentual no espaço de 1

trimestre); o consumo das famílias caiu -1,4%; o investimento caiu novamente -0,8%; as exportações voltaram a cair -0,6%.

Tudo o que é importante para a recuperação do País e para a vida dos Portugueses está em queda – a riqueza nacional, o investimento, as exportações, e o consumo.

Depois de ter tido em 2004 uma pequena recuperação (um crescimento do PIB de 1,2%), em 2005 Portugal está num estado de estagnação. A nossa economia voltou para trás. Esta já não é uma responsabilidade do passado. É uma responsabilidade do actual Governo.

Os indicadores importantes estão em queda. Só dois indicadores estão a subir: os impostos e o desemprego: entre 2005 e 2006 a carga fiscal sobre os Portugueses aumenta em 5 mil milhões de Euros. Todos os impostos foram agravados. Todos os Portugueses já sentiram ou vão sentir em 2006 um novo aumento de impostos; a taxa de desemprego disparou – já são 430 mil desempregados. O número de licenciados no desemprego já vai nos 60 mil. A taxa de desemprego subiu para 7,7%, o valor que o Governo previa para o final de 2006. E vai continuar a aumentar.

Tudo o que é positivo baixa. Tudo o que é negativo sobe. Até o défice orçamental aumenta.

Em 2004, sem receitas extraordinárias, o défice foi de 5,2%. Em 2005, sem receitas extraordinárias, o défice sobe de 5,2% para 6,2%.

Se retirarmos a publicidade enganosa do Governo, a realidade dos números não deixa margem para dúvidas: no espaço de um ano este Governo deixa agravar, em vez de diminuir, o défice orçamental.

Tudo isto é mau. Tudo isto agrava a situação do País. Tudo isto é já da responsabilidade exclusiva do Governo. E tudo isto sucede por causa das políticas erradas do Governo.

Esta é a consequência grave do primeiro aumento de impostos que o Eng.º Sócrates decidiu, em Maio passado.

O aumento de impostos deu no que deu – caiu a confiança, caiu o investimento, caíram as exportações, caiu o consumo.

Alertámos o Governo para estas consequências. O Governo fez ouvidos de mercador. Agora é o Governo – e só o Governo – que tem de assumir as suas responsabilidades.

Mas há uma consequência mais grave das decisões do Governo – é o aumento brutal do desemprego.

Estamos a um passo de atingir os 8% de desempregados – uma taxa de desemprego que Portugal não conhece há 18 anos, desde o 1º trimestre de 1987.

Estamos a um passo de atingir o número histórico de meio milhão de desempregados. Um resultado que Portugal já não conhece desde há duas décadas. O Eng.º Sócrates vai ficar na história, pelas piores razões: lançar o País na situação grave de ter 500 mil desempregados.

Não é um Primeiro-Ministro liberal, democrata-cristão ou social-democrata. É um Primeiro-Ministro socialista que arrasta o País para a situação de meio milhão de desempregados. Este Primeiro-Ministro demonstra uma enorme insensibilidade social.

O Primeiro Ministro vai ao Parlamento na próxima semana. É essencial que o Primeiro-Ministro tome a iniciativa de explicar este agravamento da crise, este aumento do desemprego. É importante que o Primeiro-Ministro não fuja às suas responsabilidades no agravamento da crise e no aumento do desemprego. O Primeiro-Ministro não pode continuar a esconder o agravamento da crise económica e a fugir às suas responsabilidades no aumento do desemprego.

«Sócrates preocupa-se com o espectáculo, com a encenação, com a propaganda e com as cerimónias/.../ Só não se preocupa em criar condições para o País criar riqueza e combater o desemprego»

Convém aqui recordar para que não haja memória curta. O Eng.º Sócrates não ganhou as eleições a prometer a OTA e o TGV. O Eng.º Sócrates ganhou as eleições a prometer o Plano Tecnológico, a prometer não aumentar os impostos e a prometer criar 150 mil novos postos de trabalho.

Agora é o que se vê: falhanços atrás de falhanços: falhou no Plano Tecnológico. O Plano Tecnológico só é notícia porque em tão pouco tempo já vai em 3 responsáveis e na desautorização do Ministro da Economia; falhou na promessa dos impostos. Os impostos, ao contrário do prometido, tiveram um dos maiores aumentos da nossa história recente; falhou a promessa do desemprego. O Primeiro-Ministro prometeu diminuir o desemprego, mas o desemprego aumentou, como nunca, a um ritmo galopante e preocupante.

O Primeiro-Ministro está deslumbrado com o poder que tem e insensível aos problemas sociais dos Portugueses.

Preocupa-se com o espectáculo, com a encenação, com a propaganda e com as cerimónias. Um dia é a cerimónia da OTA, outro dia é a cerimónia do TGV. Só não se preocupa em criar condições para o País criar riqueza e combater o desemprego.

A OTA e o TGV são o sinal do novo-riquismo do Governo.

Esta situação é perigosa e preocupante; fazemos vida de ricos quando temos uma economia pobre; gastamos como um País rico e produzimos como um País pobre. Com tamanha irresponsabilidade, um dia destes passamos a ter os melhores equipamentos da Europa e a economia mais atrasada da União Europeia.

A política deste Governo só leva ao desastre. Não cria riqueza, não gera empregos sustentáveis, não nos dá competitividade:

Este Governo quer uma economia tutelada pelo Estado. O Nosso caminho é outro – queremos uma economia emancipada da intervenção do Estado. O Governo quer o Estado tutor das empresas. Nós queremos um Estado parceiro e cúmplice das empresas;

Este Governo aposta na economia do betão. A nossa aposta é na economia do conhecimento; este Governo pensa que as grandes obras públicas podem ser o motor da economia. O nosso caminho é outro. É o caminho do investimento nas exportações. Só exportando mais é que Portugal pode criar riqueza e combater o desemprego; este Governo insiste nas receitas do passado. Nós queremos investir nas soluções do futuro!

PL, fotos PSD/Açores



Em fim de pré-campanha, Cavaco Silva foi recebido entusiasticamente no Alentejo e manteve encontros com mulheres e jovens

O debate na SIC entre Jerónimo de Sousa e Cavaco Silva foi muito centrado nas questões do trabalho, com o Professor a defender que só com crescimento económico se pode reduzir o desemprego.

“Candidatei-me à Presidência da República para que o desenvolvimento volte a Portugal”, sublinhou, na sua declaração final.

Sobre o recente anúncio da instalação de uma nova refinaria em Portugal, em Sines, nenhum dos dois candidatos a Belém se mostrou desfavorável.

“Portugal precisa como pão para a boca de aumentar a produção que concorra com produção estrangeira”, defendeu Cavaco Silva.

Pouco definitiva foi a posição de ambos em relação à possibilidade de ser instalada uma central nuclear em Portugal.

“Hoje diria que não, mas estou aberto a reflexões, a estudos”, afirmou candidato apoiado do PCP, enquanto Cavaco Silva, que concordou com a realização de estudos aprofundados, revelou ter evoluído da sua posição de há dez anos “completamente contra” a energia nuclear.

“Hoje tenho as minhas dúvidas, não nos podemos pôr absolutamente de fora”, disse.

Sobre as SCUT (auto-estradas sem custos para o utilizador), Cavaco Silva considerou que estas vão resultar em novos aumentos de impostos ou ao corte em benefícios sociais.

A questão da segurança foi também abordada no debate, com o ex-primeiro-ministro a manifestar a sua preocupação com “o sentimento de insegurança que se espalha na sociedade portuguesa”.

“É preciso prestar muita atenção ao fornecimento de meios adequados para que a polícia possa actuar. Neste momento, há uma sensação de insegurança que é necessário colmatar”, alertou Cavaco Silva.

Visita a Aveiro

“Sou uma pessoa de palavra. O que digo hoje é aquilo que quero fazer amanhã. Não pode ser factor de confiança quem hoje diz uma coisa e amanhã faz a contrária”, afirmou Aníbal Cavaco Silva, em Santa Maria da Feira, num encontro com empresários subordinado ao tema: “As minhas ambições para Portugal”.

Cavaco Silva deslocou-se ao distrito de Aveiro e, além da participação na Conferência que reuniu cerca de mil empresários no Europarque, inaugurou a sede de Candidatura.

Nas palavras que dirigiu aos empresários e depois, aos apoiantes da sua candidatura, Cavaco Silva explicou as razões que motivaram a sua decisão de avançar sublinhando que a Presidência da República não poderá ter apenas um papel de cooperação institucional na actual conjuntura.

“Alguém disse que havia mil maneiras de dificultar um Governo. Hoje direi que existem mil maneiras para ajudar o Governo a andar para a frente,



para bem de todos nós”, referiu Cavaco Silva.

Ao Presidente da República exige-se, segundo Cavaco Silva, “uma magistratura activa e empenhada para ajudar, no respeito pelo equilíbrio de poderes, os portugueses a passar para nova fase e construir um futuro melhor”.

“É fundamental que o Presidente tenha visão de futuro clara: o que são as suas ambições para Portugal”, disse.

Sobre as competências do Presidente da República, Cavaco Silva afirmou:

“Neste tempo, o Presidente da República tem de assumir o risco de ser agente de desenvolvimento,

promovendo a estabilidade política porque, sem ela, a tendência é para adiar decisões e, o laxismo financeiro tende a instalar-se. Pode ter papel decisivo para que o Governo possa cumprir o programa e completar o mandato”, referiu.

Da parte dos outros candidatos, sublinhou, “há uma fixação quase doentia na minha pessoa”.

“Todos os dias me fazem ataques, distorções e mentiras, que são o reconhecimento de que a minha candidatura tem apoio de todos os quadrantes e que os portugueses vêm em mim a pessoa que os pode ajudar a vencer as preocupações quanto ao futuro”, referiu Cavaco Silva.

Jantar encontro com Mulheres

“O País só tem a ganhar com uma maior participação das mulheres na vida política”, afirmou no dia 16 o Professor Cavaco Silva.

“Estou sinceramente convencido que o País só tem a ganhar com uma maior participação das mulheres na vida política. Elas podem ajudar a credibilizar as instituições, com a sua visão mais humana”, afirmou o candidato, num jantar/encontro, organizado por mulheres apoiantes e simpatizantes da sua candidatura e que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa.

Sensibilizado com a presença de tão elevado número de mulheres que apoiam a sua candidatura e aderiram a esta iniciativa – mais de mil – Cavaco Silva elogiou o seu papel e lembrou:

“As mulheres são um exemplo de não resignação perante as dificuldades. As mulheres estão habituadas a fazer um esforço enorme a conciliar quase tudo: o emprego, a casa, a família”.

“Aprendi muito cedo, na minha casa, com a minha mãe como era importante a intervenção da mulher na família e na sociedade e os meus governos deram passos, talvez não os suficientes, para que mais mulheres

participassem nas decisões colectivas; para que mais mulheres como ministras e secretarias de estado tivessem responsabilidade nas decisões que determinam o futuro do nosso País”, disse.

Cavaco Silva saudou todas as mulheres presentes e “as que embora querendo não puderam participar no encontro” sublinhando: “O vosso apoio é para

*“Sou uma pessoa de palavra.
O que digo hoje é aquilo que quero fazer
amanhã. Não pode ser factor de confiança quem
hoje diz uma coisa e amanhã faz a contrária”*

mim de grande importância para o combate que tenho à minha frente”.

Cavaco Silva lembrou que não só na política as mulheres devem ter uma participação mais activa. Também as “direcções das empresas teriam a ganhar” com uma maior presença feminina. “Desta maior participação das mulheres virá um país mais forte, mais competitivo, mais justo”, referiu.

A iniciativa deste jantar, que marca um ponto importante neste período de pré-campanha, partiu de um grupo de mulheres, apoiantes ou antigas colaboradoras dos Governos de Cavaco Silva como Leonor Beza, que em nome de todas as presentes saudou o Candidato, Manuela Eanes, Agustina Bessa-Luís, Maria José Nogueira Pinto, Manuela Ferreira Leite, Assunção Esteves, Isabel Silvestre, Fernanda Mota Pinto, Isabel Corte Real, Isabel Amaral, Maria Amélia Oliveira, entre muitas outras.

Jovens “Por um Portugal Maior”, apoiam Cavaco Silva

Cavaco Silva promete trabalhar para que as capacidades dos jovens possam florescer

“Patrocinarei iniciativas que revelem aos portugueses que há jovens que sabem agarrar as oportunidades, que não têm medo de vencer”, afirmou Cavaco Silva no encontro/jantar com jovens que decorreu no Pavilhão de Portugal, no recinto da EXPO.

A promessa de Cavaco Silva foi bem recebida pelos jovens apoiantes da sua candidatura que integram o movimento “Jovens por um Portugal Maior”, assim como as novas “exigências” dos portugueses detectadas nestes dois meses de pré-campanha, que o levaram a percorrer já dois terços dos distritos do País e os Açores.

Este contacto mais directo com os portugueses permitiu a constatação de que eles esperam dos políticos “honestidade e competência” e desprezam a “retórica”.

“Encontrei uma nova exigência em relação à classe política: exigência de honestidade, competência, defesa do interesse nacional, exigência que os políticos ponham de lado as divergências estereis”, disse Cavaco Silva.

“Há uma consciência de que a resolução dos problemas exige conhecimento e rigor”, referiu.

Para os jovens, Cavaco Silva reservou palavras cheias de esperança e um compromisso de que, se for eleito, fará tudo o que estiver ao seu alcance para



que “as capacidades dos jovens possam florescer”.

“Os jovens são a força, a força certa de que se pode fazer um futuro melhor e um Portugal Maior”, disse.

Este tema tem sido uma preocupação constante de toda a pré-campanha. O anúncio da Candidatura teve o mérito de trazer para a primeira linha jovens de sucesso e o contacto com eles permitiu reforçar a convicção de que Portugal pode vencer a situação difícil em que se encontra.

“A minha presença aqui é a certeza de que se quisermos, se todos quiserem, podemos fazer Portugal Maior”, sublinhou Cavaco Silva.

Em Portalegre, Cavaco apela à calma e tranquilidade

“Os portugueses já perceberam que existem diferentes candidatos com diferentes linguagens e que nem todos gastam o seu tempo a explicar aquilo que querem para Portugal”, afirmou Cavaco Silva, em Portalegre num jantar com apoiantes marcado pelo entusiasmo em relação à sua Candidatura à Presidência da República.

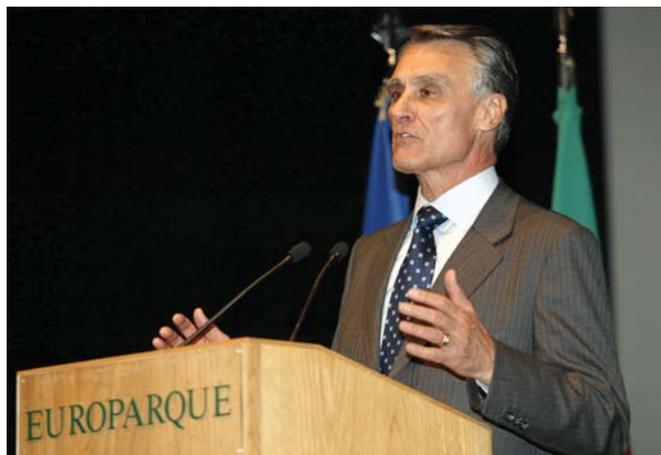
Aníbal Cavaco Silva foi recebido de forma entusiástica por mais de dois mil apoiantes, com bandeiras, palmas e palavras de ordem que se reuniram num jantar nos pavilhões do Núcleo Empresarial Local. Entre os presentes encontravam-se o mandatário distrital, José Roquette, António Borges e Leonor Beza.

Num discurso marcado pela linha de rumo traçada para esta pré-campanha, Cavaco Silva lembrou aos seus adversários que “tem que ter mais calma e tranquilidade”. O desespero “não é bom conselheiro”, ninguém ganha nada com isso.

O importante, segundo Cavaco Silva é explicar o que tenciona fazer pelo País. “É esta a minha maneira de ser, orgulho-me dela e entendo que estou nesta campanha eleitoral para falar para os portugueses e não para fazer desconsiderações em relação a qualquer outro candidato. Mesmo que, a certo momento, pareça que estão a fazer o vale tudo”, disse.

Cavaco Silva pretende “manter a tranquilidade e mostrar a diferença” até ao último dia de campanha. Os portugueses querem um Presidente que promova a estabilidade política e “tenha uma visão clara do País”, lembrou.

Fontes: “Lusa” e Candidatura, Fotos “Lusa”





Intervenção sobre o estatuto dos Militares das Forças Armadas

Deputado Henrique de Freitas
Assembleia da República, 09 de Dezembro 2005



Debaixo de fogo! Foi com esta expressão - usada quer no campo de batalha, quer no plano do relacionamento com o poder político - que muitos e valorosos militares, ao longo da História, clamaram pela defesa dos seus camaradas de armas e pela própria Instituição Militar. Alertavam, assim, para o perigo que corriam; para o descontentamento que sentiam; para o prestígio que perdiam.

E é de facto, debaixo de fogo que, hoje, se encontram as Forças Armadas Portuguesas. Debaixo de fogo do Governo socialista.

Não, pela simples aprovação dos dois diplomas que estamos a apreciar.

Mas sim, pelo carácter excepcional do momento que se vive hoje no seio das Forças Armadas e que decorre, sem dúvida, do desastrado e insensato processo político que conduziu à aprovação destes dois diplomas.

Esta é que é a questão, Senhores Deputados.

A questão não é a legislação em si. A questão central é saber a razão que leva o Governo a produzir tal legislação? O que leva o Governo a caminhar no sentido de identificar a Instituição Militar com o funcionalismo público?

... das iniciativas legislativas de natureza governamental que visavam implementar no âmbito da Administração Pública um conjunto de medidas tendentes à sustentabilidade das contas públicas no quadro do PEC?

Lembram-se, ..., que aí se encetava uma equiparação, mais ou menos implícita, do estatuto dos militares ao regime geral da Função Pública?

E sabem, Senhores Deputados, que essa equiparação significava o reequacionar da própria Condição Militar!?

E a verdade é que na sua primeira

medida para o sector de Defesa Nacional, o Governo socialista fez tábua rasa dos especiais direitos, compensações e regalias que assistem aos militares e que estão há muito consagrados em Lei nas Bases Gerais do Estatuto de Condição Militar. Especiais direitos - não privilégios - decorrentes da razão de ser das Forças Armadas e da natureza específica do serviço militar.

Porque aos militares é exigido uma permanente disponibilidade para o serviço com sacrifício dos interesses pessoais e familiares; sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra; uma sujeição a um regime disciplinar próprio; uma restrição constitucionalmente prevista do exercício de alguns direitos, liberdades (expressão, reunião, manifestação, entre outras) e por fim o momento alto na vida de um militar, aquele em jura, perante a Bandeira Nacional, a sua disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida.

Foram estes homens que o Governo, na sua primeira medida para o sector da Defesa Nacional, quis afrontar.

E havia, e há, tanto para fazer na Defesa Nacional: a modernização dos equipamentos, a requalificação das infraestruturas, a aposta nos recursos humanos e na gestão das carreiras, o desafio da profissionalização, o reconhecimento dos antigos combatentes, a edificação do Dia da Defesa Nacional e ainda a problemática das indústrias de defesa.

Estes sim, os principais problemas que se deparam à Defesa Nacional.

Mas, lamentavelmente, não foi por aqui que o Governo começou!

É caso, pois, para perguntar: "Que significado tem para o Governo a Instituição Militar?"

É ela, ou não, uma Instituição única na defesa de valores que preservam a nossa identidade nacional? Não constitui ela um factor de integração social? É ela, ou não, constitutiva da nossa História de oito Séculos? Não foi o sangue dos seus que derramou nas nossas fronteiras além mar?

Não é ela, afinal, o garante e o baluarte da nossa Independência Nacional?

Cabe perguntar: Tem o Governo socialista orgulho nas suas Forças Armadas? Brio nos seus soldados? Confiança e apreço nas suas missões?

Como, ainda, recentemente afirmava o Professor Adriano Moreira as Forças Armadas estão a precisar de um "amparo". Um "amparo" que só ao Estado/Governo lhe compete dar, já que não dispondo as Forças Armadas de instrumentos reivindicativos é ao Estado/Governo que cabe cuidar da Instituição Militar.

E este Governo, até ao momento, enjeitou esta responsabilidade e ao invés de cuidar das Forças Armadas, atirou-as para um Verão não Quente, mas sombrio!

Um Verão onde a tudo assistimos: desfiles, manifestações, proibições, reuniões, inquéritos, detenções, peregrinações (de Ministros e Secretários de Estado, de Almirantes e Generais e de associações a Belém), de comunicados e contra-comunicados, de abertura de telejornais e de primeiras páginas dos jornais.

Digamos que é de mais!

E tudo podia ter sido evitado.

Reuniu o Governo, atempadamente, com os chefes militares? Auscultou-os na elaboração dos diplomas?

Convocou as associações? Reuniu com elas? Dialogou, seriamente, com elas?

As versões dos diplomas multiplicavam-se. A contestação crescia.

E o Governo socialista, dentro do seu quadrado, descobre a "deriva sindical" nas Forças Armadas.

O Verão sombrio, aquecia com o risco de vermos militares contra militares.

Foi determinante, aqui, a intervenção serena do Senhor Presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas.

Quero, aqui, Senhores Deputados, enaltecer o papel dos Chefes Militares, durante todo este período, por terem sabido dar o exemplo de verdadeiros Comandantes.

Aconselhando e orientando o

poder político, tranquilizando e esclarecendo os seus homens.

Os Chefes não detêm o mando, exercem o comando.

Uma palavra, também, a todos militares que, em obediência à cadeia de comando, souberam em situações delicadas, não pôr em risco a coesão e disciplina das Forças Armadas testemunhando assim, a sua formação e carácter.

Descrença, descontentamento, abandono pelo poder político. Tudo isto sentiram os militares. E tudo isto podia ter sido evitado.

As versões finais dos diplomas que hoje estão em apreciação parlamentar merecem-nos reparos, obviamente.

Reparos, quanto à não existência do direito de opção aos beneficiários familiares.

Reparos, quanto à introdução do pagamento da taxa moderadora no Serviço de Saúde Militar aos beneficiários familiares.

Reparos, quanto às poupanças efectivas que daqui decorrem para a redução do défice...

Reparos, quanto à manutenção do direito à remuneração apenas enquanto durar a situação de reserva.

Reparos, que o diálogo podia ter burilado.

Reparos que podem, agora, ser sanados pela reabertura deste processo legislativo com a intervenção da Assembleia da República.

Reparos que os militares também são livres de fazer. Mas estes reparos não mereciam um Verão sombrio como aquele que se viveu.

É por isso que aquela frase de Proudhon me vem à memória: "todas as instituições precisam de um Domingo!". De um dia de descanso, acrescento. E é disso que as Forças Armadas precisam - Descanso e estabilidade.

Sem necessidade, o Governo socialista agitou moinhos de vento. Anunciou rupturas. Esteve prestes a criar um novo conceito de militar - o militar funcionalizado - renascido dos escombros das velhas Forças Armadas. E no fim pouco ou nada.

Intervenção sobre as propostas de alteração ao código do trabalho

Deputado Luís Pais Antunes
Assembleia da República, 7 de Dezembro 2005



Quase oito meses após ter sido objecto de anúncio e apresentação e cinco meses após o compromisso alcançado a 18 de Julho na concertação social chega finalmente ao plenário desta Câmara a proposta de alteração ao Código do Trabalho e à sua regulamentação apresentada pelo Governo.

Sem prejuízo do que mais adiante se dirá, sublinhe-se desde já que esta proposta de lei tem um mérito: o de traduzir um consenso alcançado no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social.

Por essa razão – e só por essa – o PSD não votará contra esta proposta.

É que, ao contrário de outros cuja opinião vagueia consoante lhes soprem os ventos da oposição ou da maioria, o PSD não vai navegando ao sabor dos ventos.

Os compromissos alcançados na concertação social não são positivos quando estamos no poder e negativos

quando estamos na oposição.

Os compromissos alcançados na concertação social merecem sempre o nosso respeito e não terão nunca a nossa oposição, mesmo naqueles casos em que possamos considerar que as soluções adoptadas não são as melhores ou as mais adequadas.

Para nós, a concertação não é, nunca foi, nem será uma arma política de arremesso. É um instrumento fundamental na gestão da coisa pública e uma clara mais-valia para o enriquecimento da nossa vivência democrática.

Era bom que a actual maioria – que já foi oposição e que certamente o voltará a ser num futuro não muito distante – não vagueasse tanto ao sabor dos ventos. É mau para a sua credibilidade, mas é sobretudo mau para o país.

(...)

A proposta de lei agora apresentada poderia ter outro mérito: o de, em tudo quanto é essencial, manter as soluções consagradas no Código do Trabalho.

Eu próprio, neste plenário, tive já a ocasião de afirmar que dificilmente o actual Governo poderia ter feito melhor elogio ao Código do Trabalho e às soluções nele consagradas.

Infelizmente, aquilo que poderia ser um mérito, rapidamente se percebeu que não o era, em grande medida devido a três ordens de razões:

- em primeiro lugar, a instabilidade gerada pela forma pouco cuidada, para não dizer

desajeitada, como o Governo geriu – e está a gerir – este assunto.

Bem pode o Senhor Ministro do Trabalho invocar uma leitura apressada da avaliação realizada pela OCDE. Bem pode o Senhor Ministro do Trabalho invocar um balanço (?) – que todos desconhecem – da aplicação do Código do Trabalho. Nenhum desses argumentos serve de atenuante para a grave instabilidade gerada, como de seguida terei a ocasião de desenvolver.

- em segundo lugar, a incongruência entre os objectivos que o Governo diz prosseguir e as soluções consagradas na proposta de lei;

- em terceiro e último lugar, as graves deficiências de que enferma a proposta de lei, deficiências essas que vão das presunções juridicamente impossíveis de ocorrer – como é o caso da nova redacção do artigo 12.º relativo à presunção da existência de um contrato de trabalho – à mais clara das inconstitucionalidades, como a que resulta da atribuição de efeitos retroactivos a regulamentos que afectam direitos fundamentais.

A instabilidade gerada pela posição assumida pelo Governo é particularmente grave.

Não está em causa a legitimidade – desde logo política – da actual maioria em promover as alterações que considere necessárias.

Como não estava – nem podia estar – em causa a legitimidade da anterior maioria em promover a reforma da legislação laboral que empreendeu.

Pode discordar-se das soluções, mas compreender as suas motivações.

O que não se compreende e não se pode aceitar é que, sob a capa da necessidade de promover a negociação colectiva, se crie um clima de instabilidade cujo único efeito visível é o de dificultar essa mesma negociação.

Compreende-se que se gaste quase um ano entre o anúncio e a previsível data de entrada em vigor das alterações ao enquadramento da negociação colectiva, alterações essas que, reconhecidamente, nada alteram no essencial ou, quando muito, criam mais problemas do que aqueles que o Governo diz querer resolver?

Compreende-se que, depois de gerar junto dos agentes económicos e das associações sindicais e de empregadores significativas dúvidas

sobre qual o regime aplicável à negociação colectiva, a única coisa palpável que o Governo apresenta é a promessa de mais instabilidade, já que pré-anuncia novas alterações para 2006 cujo conteúdo objectivamente se desconhece?

Final para que é que serviu o acordo alcançado em Janeiro deste ano entre todos os parceiros sociais com assento na CPCS, se esses parceiros são constantemente confrontados com sucessivos anúncios de alterações no enquadramento jurídico da negociação colectiva?

Não é de estranhar, pois, que após um primeiro semestre de 2005 em que os números da negociação colectiva são dos melhores dos últimos dez anos, se assista de novo ao aparecimento de sinais preocupantes em matéria de evolução da negociação colectiva.

Mas de que é que o Governo estava à espera se promoveu e promove a incerteza e a instabilidade?

Entretanto, enquanto espera, o país vai desesperando e aguarda por um livro verde cada vez mais desmaiado a que deverá seguir-se um livro certamente bem mais amarelado do que branco.

Paradoxalmente – ou talvez não – matérias da maior importância como a regulamentação do trabalho temporário ou o regime dos acidentes de trabalho que o anterior Governo deixou totalmente concluídos para decisão do actual continuam esquecidos nas gavetas do ministério, sabe-se lá à espera de que milagre...

(...)

Uma palavra final quanto aos projectos de alteração ao Código do Trabalho apresentados nesta Câmara pelo Partido Comunista, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido “Os Verdes”.

Têm em comum um pequeno mérito e um grande inconveniente.

O pequeno mérito é o da coerência e o da resistência à história: se tivessem sido apresentados há 20 anos atrás não seriam certamente muito diferentes...

O grande inconveniente é o de que não correspondem ao sentir maioritário dos portugueses e muito menos aos interesses do país.

Por isso, terão a nossa oposição.



Agenda Parlamentar

Terça-Feira, dia 20 de Dezembro de 2005- 15:00H

Debate Mensal com o Primeiro-Ministro

Quarta-Feira, dia 21 de Dezembro de 2005-15:00h

Debate de urgência, **requerido pelo PSD**
(Sobre o desenvolvimento do sector energético em Portugal)

Projecto de Lei n.º 48/X (PCP)
(Regime jurídico do mergulho desportivo)

VOTAÇÕES no final do debate



Intervenção sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009

Deputado José Manuel Ribeiro
Assembleia da República, 14 de Dezembro 2005



Estamos hoje a debater a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009.

Este documento de importância fulcral para o País, deve constituir uma oportunidade para definir uma estratégia para o desenvolvimento económico e para a consolidação das finanças públicas.

Desventuradamente, no caso desta actualização apresentada pelo Governo, tal não se verifica. Senão vejamos!

Este Programa de Estabilidade e Crescimento, vem novamente confirmar, e até reforçar em alguns casos, os aspectos negativos que o documento anterior já comportava.

Há, no entanto, algo que o distingue daquele apresentado em Junho último.

Este não possui a **forte ambiência de encenação** em torno do défice previsto, que alguns, utilizando a **mais pura demagogia e perícia falaciosa**, procuraram transformar em défice real.

A técnica agora é diferente. **À falta**

de uma boa encenação utiliza-se a **manipulação** e a **omissão**.

Manipulação, porque o Governo trabalha as previsões do modo que melhor lhe convém. O cenário macroeconómico é mais pessimista até 2008, mas por “**artes mágicas**” a projecção para o crescimento do PIB em 2009 é inalterada, mantendo-se em 3%.

Compreendemos esta situação. É a tentativa desesperada de conservar aquela, que talvez seja a única promessa eleitoral que o PS ainda não deitou para o lixo.

Omissão, porque o Governo ignora, sem pudor, as revisões em baixa que as previsões de Outono do Banco de Portugal e da Comissão Europeia, efectuaram para o crescimento do PIB.

Recordo-me de o Governo, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2006, ter afirmado que o documento não tinha truques nem habilidades.

Compreende-se agora, com clareza cristalina o que quis o Governo dizer.

Os truques e as habilidades foram quase todos “reservados” para esta actualização do PEC.

Dá assim o Governo, mais um “**rude golpe**” no rigor, na disciplina e na credibilidade que tanto apregoa, mas que não põe em prática, porque não consegue ou então porque não sabe.

(...)

Este é um PEC que **intensifica a tónica profundamente errada do aumento de impostos, como a solução “milagrosa” para a consolidação orçamental**, quando se sabe que a

verdadeira forma de a atingir é pelo lado da despesa, sendo esse o único caminho para a redução sustentável do défice.

Na verdade, não causa estranheza que, na comparação do presente documento com a sua versão de Junho passado, se conclua que a consolidação orçamental até 2009 irá **assentar ainda mais no lado da receita**.

Com efeito, no período 2005-2009, os ganhos médios no lado da receita representam 64,2 por cento, quando no PEC de Junho correspondiam a 61,9 por cento.

Por outro lado, não deixa de ser interessante constatar que, apesar das projecções económicas serem mais desfavoráveis, o Governo - num exercício que só ele saberá certamente fazer, mas que não tem correspondência na realidade - estima mais arrecadação de receita.

Depois temos o desemprego. Esse drama, com que muitos portugueses se vêm confrontados nos dias de hoje.

Com o crescimento económico projectado pelo Governo, parece evidente aos olhos de todos, porventura com a honrosa excepção do próprio Governo e da bancada do PS, que o desemprego irá continuar a aumentar, a níveis ainda mais elevados do que está previsto neste PEC.

Podia infundavelmente continuar a apresentar os múltiplos erros e equívocos deste PEC, mas bastam estes exemplos.

Fica assim claro que, este PEC, é mais do mesmo. **E o mesmo é manifestamente errado.**

A manter o caminho que o Governo preconiza, Portugal arrisca-se a registar durante o período em apreciação, a maior divergência, em termos reais, face à média da União Europeia.

Este é verdadeiramente um Programa de Estabilidade e Crescimento sem visão estratégica, sem rumo, funcionando mais como um repositório de intenções e vontades, que em nada se coadunam com a realidade.

Este documento, nada tem a ver com estabilidade e muito menos com crescimento. Este é sem dúvida, o “**Programa da Confusão Aplicada**” que, promove em boa verdade a estagnação, a instabilidade e o desemprego, e por isso **não serve os interesses de Portugal**.

Mas este foi o rumo que o Governo escolheu. E mais tarde ou mais cedo, quando se comprovar que o seu modelo faliu, terá que assumir as responsabilidades e as incontornáveis consequências.

(...)

Há um provérbio pelo qual nutro muita simpatia e que diz assim:

“Quando o vento sopra forte alguns abrigam-se, outros constroem moinhos”.

Na verdade, o vento sopra forte. Sopra forte no Mundo, sopra forte na Europa e também sopra forte em Portugal.

O Governo teve a oportunidade de construir moinhos, mas optou por procurar abrigos.

Com esta postura, o Governo prejudica os portugueses, lesa Portugal e põe em causa as gerações vindouras.

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e desenvolvimento Regional, e às Câmaras Municipais de Arronches, Elvas e Campo Maior
Sobre o lixo na área de rego da barragem do Caia
Deputado Luís Carloto Marques

Requerimento à Câmara Municipal de Porto de Mós
Sobre o Plano Director Municipal de Porto de Mós. Freguesia de Alqueidão da Serra
Deputado Luís Carloto Marques

Requerimento à Câmara Municipal de Almada
Sobre o metro sul do Tejo – paragem das obras de construção da 1ª fase
Deputado Luís Rodrigues e outros

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e comunicações
Sobre o metro sul do Tejo – paragem das obras de construção da 1ª fase
Deputado Luís Rodrigues e outros

Requerimento ao Ministérios da Defesa e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Sobre o processo de reconversão urbanística da Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras – Servidão militar da NATO (DMNL/ depósito de munições NATO de Lisboa)
Deputados Luís Carloto Marques e Luís Rodrigues

Requerimento à Câmara Municipal do Seixal
Sobre o processo de reconversão urbanística da Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras – Servidão militar da NATO (DMNL/ depósito de munições NATO de Lisboa)
Deputados Luís Carloto Marques e Luís Rodrigues

Requerimento aos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e desenvolvimento Regional; Agricultura, desenvolvimento Regional e Pescas; Trabalho e Solidariedade Social
Sobre a recuperação económica e social da freguesia de São Barnabé, no Concelho de Almodôvar
Deputado José Raul dos Santos

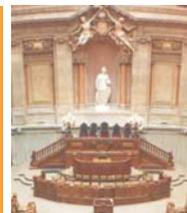
Requerimento aos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e desenvolvimento Regional; Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Sobre a manutenção das comportas e diques da Reserva Natural do Estuário do Tejo
Deputados Luís Carloto Marques e Luís Rodrigues

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre as obras de ampliação do Hospital de Bragança
Deputado Adão Silva

Requerimento ao Governo
Sobre a ligação da FLAD à região Autónoma dos Açores
Deputados João Bosco Mota Amaral; Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministérios dos Negócios Estrangeiros; economia e Inovação
Sobre as Câmaras Empresariais Portuguesas no estrangeiro
Deputados José Cesário; Carlos Gonçalves

Requerimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros
Sobre o recenseamento eleitoral das nossas comunidades
Deputados José Cesário; Carlos Gonçalves



Intervenção sobre o regime das inelegibilidades para a eleição dos órgãos das autarquias locais e adita um novo motivo de suspensão do mandato dos titulares desses órgãos

Deputado Mário Albuquerque

Assembleia da República, 15 de Dezembro de 2005



Reputamos de crucial o papel que as Autarquias têm desempenhado ao longo das últimas três décadas, no âmbito das mais diversificadas competências que lhes estão cometidas.

Não se estranha, por isso, que se registre um generalizado consenso relativamente às imensas virtualidades do Poder Local, razão mais que bastante para que sejam, cada vez mais, os níveis de exigência, e de rigor, que se reclamam no desejável âmbito do seu regular funcionamento.

Exigências, quer no plano indiscutível da sua autonomia quer, naturalmente, no que toca ao aperfeiçoamento de todo o quadro legal que suporta a sua existência jurídica, assim como de todos os seus principais representantes e protagonistas.

Estamos a falar de um patamar de poder importante e prestigiado,

política e socialmente, porventura de um dos mais genuínos repositórios dos valores mais nobres que caracterizam uma democracia representativa e participativa.

São por demais conhecidos os esforços e méritos, feitos de muito querer e dedicação, que lhes são reconhecidos, particularmente nos domínios do processo de desenvolvimento e modernização do País, ainda que com naturais erros, imprecisões e lacunas, sobretudo se considerarmos os meios escassos que lhes têm sido disponibilizados, comparativamente com a dimensão das tarefas com que, quotidianamente, são confrontados.

Será por estas razões, aliás bem sólidas e consistentes, que o Municipalismo representa, hoje, algo de singular na nossa vida pública, sendo de sublinhar o apoio e reconhecimento dos cidadãos que vêm, na sua estrutura e proximidade, a forma mais personalizada, ágil e capaz de resolver os seus problemas mais concretos.

(...)
Estamos, deste modo, perante Órgãos da nossa administração que têm vindo a experimentar um exemplar crescendo de prestígio e valorização, pelo que importa, em nome da transparência, da ética, e da sua própria dimensão, que se reparem, quando reputado de justo e necessário, todos os entorses, omissões e imprecisões que possam ser inventariados no vasto âmbito da respectiva legislação que, a manter-se, pode abalar ou fragilizar os seus alicerces.

É precisamente neste sentido que caminha o Projecto de Lei, hoje em discussão, do PSD, tanto mais que nesta matéria de inelegibilidades e de suspensão obrigatória de mandatos, contempladas nas leis orgânicas especificadas, não existem razões substantivas, no nosso ponto de vista, que justifiquem diferenças de tratamento relativamente ao que é exigido aos representantes dos Órgãos de Soberania, também eles democraticamente eleitos.

Não estão em causa, obviamente, quaisquer casos concretos, o que não faria sentido num responsável processo legislativo, nem tão pouco a restrição de direitos a quem quer que seja, mas antes a constatação de situações relacionadas com candidaturas que foram motivo de acesa polémica, e de oportunas tomadas de posição públicas, provenientes dos mais diversificados sectores da sociedade, pelo que nos cumpre, enquanto representantes do povo neste Parlamento, assumirmos as nossas responsabilidades, através da equilibrada apresentação de propostas que caminhem, tanto quanto o desejável, no sentido de se evitarem, idênticas, e lamentáveis, situações futuras, com todo o rosário de consequências envolventes.

Consideramos que, em consciência, deveríamos dar o nosso modesto contributo a esta importante causa que se propõe, fundamentalmente, salvaguardar a condição e o estatuto dos nossos Autarcas, tantas vezes maltratados e injustamente atacados, não raramente enxovalhando-se, grosseiramente, o seu bom nome e honorabilidade na praça pública, minando-se, desta

forma, as próprias estruturas e credibilidade do Poder Local.

Não temos dúvidas que, deste modo, estamos a prestar um bom serviço à democracia e à superior causa do Municipalismo pelo que - acreditamos convictamente - não deixará de merecer um favorável acolhimento dos seus principais destinatários, sobretudo pelo que representa em termos de separação de águas e completa clarificação das regras do jogo.

Acreditamos, sinceramente, na disponibilidade de todas as bancadas, aqui representadas, em acolherem e apoiarem esta iniciativa legislativa, porquanto não se trata de questões de matriz ideológica, mas sobretudo de matéria que se situa no campo do exemplo e dos princípios, pois a ninguém aproveitará o laxismo e a repetição de episódios estranhos e caricatos, pouco compreendidos e nada edificantes, como os que, infelizmente, ocorreram no contexto de algumas candidaturas apresentadas a sufrágio nas últimas eleições autárquicas.

Cumprimo-nos a todos servirmos o melhor possível a democracia e os seus mais inalienáveis fundamentos, pelo que a forma mais correcta de o fazermos será, sem dúvida, assumirmos as nossas responsabilidades sem receios, hesitações, ou quaisquer reservas mentais, pois se, como costuma dizer-se, insistirmos em metermos a cabeça na areia, fazendo de conta que não é nada connosco, estamos a distanciarmo-nos, cada vez mais, do verdadeiro pulsar do país real e daqueles que, apesar de tudo, ainda confiam em nós.

O PSD propõe

PROJECTO DE LEI N.º 182/X

Altera o regime das inelegibilidades para a eleição dos órgãos das autarquias locais e adita um novo motivo de suspensão do mandato dos titulares desses órgãos

Exposição de motivos

As últimas eleições autárquicas lançaram um aceso debate na sociedade portuguesa, motivador de uma profunda reflexão, sobre a apresentação de candidaturas por parte de cidadãos indiciados em processos-crime, designadamente por factos praticados no exercício das suas funções políticas.

(...)

A opção dos últimos anos tem sido caminhar no aprofundamento da

democracia participativa, de que são exemplos recentes a consagração da iniciativa popular de referendo e da iniciativa legislativa de cidadãos, pelo que acabar com a apresentação de candidaturas por parte de grupos de cidadãos constituiria um retrocesso absolutamente injustificado.

Em nosso entendimento, o que suscita uma evidente perplexidade nos portugueses não é a existência de candidaturas independentes, mas sim a aceitação legal de candidaturas a cargos políticos de cidadãos a contas com a justiça.

Uma séria ponderação sobre o que se passou nas últimas eleições autárquicas aponta, a nosso ver, para que seja repensado o regime das inelegibilidades.



José Pedro Aguiar-Branco

O prestígio da Democracia e a alteração ao regime vigente da inelegibilidade dos autarcas

Durante a discussão, na Assembleia Nacional, das novas regras que estabelecem as directrizes para a inelegibilidade de candidatos a cargos autárquicos, o antigo Ministro da Justiça, Aguiar Branco, proferiu uma intervenção de fundo, de que recolhemos:

“Quanto menos a sociedade sabe regular as suas tensões e os seus conflitos, mais o populismo actua. Nem sequer tem necessidade de Chefes Carismáticos...”

(...) “Toda a arte do político deve ser inserir o seu tempo e os seus passos nas vibrações da sociedade”

Estes dois pensamentos de Alain Minc projectam-me para o primeiro dos pontos que, hoje, trago à reflexão desta Câmara: a sociedade, o povo que representamos, ficou indiferente aos fenómenos conflituantes do sistema da justiça com o sistema político, a que assistimos em algumas candidaturas nas últimas eleições autárquicas?

O direito de cada cidadão - tal como hoje o conhecemos - a ser eleito para um órgão autárquico, ainda que constituído arguido pela prática de um qualquer crime, e em qualquer fase em que o processo respectivo se encontre, será compatível com o prestígio, a dignidade, a isenção e a independência da função de autarca?

A sociedade, o povo que representamos, de forma expressa ou em sussurro, aceitará que nada façamos perante esses fenómenos conflituantes?

Entendo que não e que nos compete, a nós, Assembleia da República, expoente por excelência da representação do povo, concretizar essa “vibração da sociedade”.

É o que o Grupo Parlamentar do PSD pretende viabilizar com a proposta de Lei que altera o regime das inelegibilidades para a eleição dos órgãos das autarquias locais e por via da qual:

- a) Não poderão ser candidatos
 - os cidadãos acusados definitivamente em crimes de responsabilidade de titular de cargo político, previstos e definidos na lei nº 34/87, de 16 de Julho,
 - os cidadãos acusados definitivamente pela prática de crime doloso no exercício de funções públicas a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos;
 - os cidadãos sujeitos ao cumprimento de pena efectiva;
 - os cidadãos sujeitos à aplicação da medida de coação prisão preventiva;
- b) E verãõ suspenso o seu mandato os titulares que, estando no exercício do mesmo, se encontrem em qualquer uma das duas primeiras circunstâncias que referi.



Os valores da independência e da isenção - de estrita prossecução do interesse público - no desempenho de cargos electivos, têm de ser preservados

Importa-me pouco, ou quase nada, a ponderação casuística sobre os sujeitos que deram corpo à tensão entre os direitos que conflituaram. Não me move qualquer motivação de carácter partidário ou de perseguição pessoal, aliás, sem justificação ou sentido.

Preocupa-me, isso sim, o risco forte e alto de “instrumentalização”, ainda que não intencional, do exercício de funções autárquicas, que o mesmo é dizer o risco de subordinação ou dependência desse exercício ao curso, às vicissitudes, às alterações e desventuras, de um processo criminal de calibre grave.

Preocupa-me, pois, que os valores da independência e da isenção - de estrita prossecução do interesse público - no desempenho de cargos electivos sejam preservados.

Digo mais: sejam preservados, mas também cultivados e induzidos pela lei, pela lei pela qual todos nós - Deputadas e Deputados - somos responsáveis.

Não subsiste aqui, portanto, qualquer sombra de juízo, ou julgamento, sobre as pessoas ou casos concretos. Não intercede aqui, enfim, qualquer menoscabo ou mau trato para o princípio irrenunciável da presunção de inocência.

Subsiste, e existe tão-só, uma garantia. Uma garantia que constitui uma defesa, uma defesa da sociedade - da sociedade política - contra a emergência e a disseminação da perversão da democracia: o populismo, a demagogia.

Uma garantia que consubstancia uma condição objectiva - estritamente objectiva - do exercício isento, independente e descomprometido do mais nobre dos cargos

públicos: o cargo político electivo.

Como facilmente, reconhecemos, o que está em causa são os alicerces do Estado de Direito Democrático, a pacificação social, o prestígio das instituições, a confiança nos políticos, o sentido de justiça, tudo que está muito para lá da microdimensão dos sujeitos causa.

É a nobreza do conceito de serviço público, a pedagogia da saudável relação entre a administração pública e os cidadãos, a apologia da dimensão ética do exercício da actividade política que me conduz na defesa da matéria de que trata o projecto de lei que o PSD agora apresenta.

Sei que vivemos uma época em que se acentua a distância entre o que se apregoa ser a consideração devida pelas mais eminentes funções públicas - em que o Estado se sustenta - e a prática ligeira, não raras vezes incauta - de que o GOVERNO tem sido um bom exemplo - do discurso que, com demasiada facilidade, resvala exactamente para o sentido contrário.

Sei que, ali, onde se esperava a firmeza da convicção mas, também, o respeito por quem se presta ao serviço público - seja na área da justiça, da educação, da segurança ou da saúde - encontramos, apenas, a críspação dos que julgam que só porque podem falar mais alto ou em último lugar, são senhores da razão.

Sei que, ali, *(onde se esperava que “uma maioria, um presidente, uma opinião pública, uma opinião publicada” conduzissem à convergência mobilizadora dos portugueses, à definição inequívoca do desígnio nacional, à identificação clara do rumo a prosseguir)*, encontramos, apenas, a frustração face aos que julgam que só porque podem falar mais alto ou em último lugar, são senhores da razão.

Parece ser cada vez mais evidente para todos - mesmo para os que foram arrastados pela promessa fácil que permitiu ao senhor engenheiro José

Sócrates aceder à função de Primeiro Ministro - que o governo teima em dar razão a Goethe: “Pensar é fácil, agir é difícil, mas agir de harmonia com o que se pensa é o que há de mais difícil no mundo”.

Dificuldade que o Governo não dá mostras de estar à altura de ultrapassar.

Por isso, o cidadão assiste, estupefacto, “em directo e na TV”, à falta de solidariedade institucional entre titulares de alguns órgãos de soberania;

Por isso, o cidadão assiste, estupefacto, “em directo e na TV”, à insensata discussão de assuntos ou matérias que deviam ser objecto de conversas privadas, em audiências institucionais, por parte de quem devia ter a noção de que o modo como exerce as suas funções de Estado se repercute directamente na respeitabilidade que as mesmas merecem junto dos portugueses.

Com tudo isto, contribui-se pouco ou nada para que se convoquem mais de nós para a causa pública, para que cada um de nós sinta, perante a grave crise que o país atravessa, que tem a obrigação de dar parte de si e do seu tempo, ao bem comum.

Com tudo isto, estreita-se o caminho da censura ética dos comportamentos daqueles que cuidando, por qualquer forma, em qualquer acto eleitoral, de ter o apoio dos seus concidadãos, não cuidam, com igual empenho, de ser, em relação a eles, um exemplo de cidadania, e em relação às instituições a que se candidatam, um instrumento do reforço do seu prestígio.

Mas, como é a qualidade da nossa democracia que está em causa, como é a salvaguarda da infraestrutura base que suporta o relacionamento entre pessoas de bem que nos motiva, como é a desaminação da cada vez mais difícil relação entre eleitos e eleitores que nos preocupa, creio que podemos encontrar, no diploma que o Partido Social Democrata apresenta, um relevante interesse comum, que convida a que todos as SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS a ele adiram, com o que esta Câmara dará uma forte manifestação de rejeição a todos aqueles que, na berma da estrada, apostam na degradação do nosso regime democrático.

O conceito de arguido

Se “A reputação é a base de todo o crédito em política”, devemos uma especial atenção a tudo o que a possa afectar e que, seguramente, toca nos direitos, liberdades e garantias de que cada um de nós é credor.

Ao clamor voluntarista e justicialista, que ignora a realidade das fraquezas humanas – e que apontaria para o absurdo de se considerar inelegível todo e qualquer arguido, com o que se colocaria uma arma, quicá mortífera para a democracia, nas mãos de quem não é, sequer, por esta sufragado, -

entendemos, no diploma que apresentamos, que se devia contrapor, na medida do possível, o que aos olhos de um “bonus pater familiae” se ajusta como equilibrado face aos interesses em confronto.

Temos a noção, como alguém dizia, que a “verdade mediática” tende a substituir-se à “verdade verdadeira”.

Temos a noção que, quando elas coincidem, tanto melhor para a democracia. Quando elas, infelizmente, se separam, tanto pior para ela. Mas, também, temos a noção que, nesta eventualidade, vai-se ao invés do funcionamento normal dum Estado de Direito Democrático.

E, isso, não é tolerável.

Sabemos que os “media”, com pretexto de assegurarem a máxima transparência, arriscam-se a privar os cidadãos de garantias mínimas – como a presunção de inocência.

Sabemos que o sentido jurídico da constituição de arguido está nos antípodas do sentido comum que a sociedade lhe dá. Para aquele, direitos acrescidos ao cidadão em causa. Para este, a sua pré-condenação, dificilmente reversível em caso de absolvição.

Sabemos que a utilização perversa dos dispositivos legais pode condicionar, de forma ínvia, a afirmação dos direitos fundamentais de que cada um de nós dispõe, nomeadamente ao seu bom nome e reputação.

Por o sabermos, parece-nos cautelar que nas novas previsões de inelegibilidade para os órgãos autárquicos se acompanhe, no essencial, o que já se aplica aos titulares de órgãos de soberania, com que se uniformizam critérios que não distinguem a escala da eleição, para as questões que relevam para a apreciação do carácter dos candidatos e para o prestígio das funções que pretendem exercer.

Porque os critérios de exigência são factores de credibilidade, ser



menos exigente na elegibilidade dos titulares do poder local é condená-los a uma credibilidade menor, injusta e imerecida.

O Poder Local

O Partido Social Democrata tem sido, desde a sua fundação, um acérrimo defensor do poder local e da descentralização da administração pública.

Acreditamos que o desenvolvimento equilibrado do país, o acesso a níveis superiores de bem estar das populações, a satisfação das necessidades das diversas comunidades, se concretiza de forma mais fácil e eficaz pela intervenção, competente e eficiente, de eleitos locais.

Porque assim é, o PSD tem sido ao longo dos anos charneira na luta pelo reforço das competências que devem caber aos autarcas e, em paralelo, na chamada de atenção de tudo o que toca com o prestígio e a dignidade que os mesmos devem merecer junto das comunidades onde se inserem.

Não deixámos de realçar, no último acto eleitoral, o dano que

consideramos existir, para o referido prestígio e dignidade da função de autarca, da aceitação, sem censura, das vulnerabilidades da lei que regula as condições de elegibilidade para os respectivos órgãos.

A renovação da classe política, determinante para, também por aí, se aproximar os eleitos dos eleitores, impõe que a sociedade encare, com exigência, com respeito e com consideração o exercício da função de autarca motivando para esta os melhores de nós, os que desejam servir a causa pública e impedindo a ascensão dos que dela se desejam servir.

O diploma que o PSD apresenta dá um importante contributo para isso.

E é isso que esperamos aconteça nas próximas eleições locais, já que, até lá, decorrerá o tempo suficiente para que todos – candidatos, eleitores, comunicação social, dirigentes partidários – assimilem, na plenitude, o alcance das alterações ora propostas.

A Oportunidade

A sociedade é mais forte do que a política. As suas respirações não têm

o mesmo ritmo, os seus tempos não são os mesmos.

Bem sei que, do ponto de vista político, se podem encontrar várias formas ou momentos de oportunidade para a reforma do sistema político: em pacote, parcialmente, antes ou após um ciclo eleitoral, antes ou depois do fim do ano, do carnaval, etc. etc. É sempre possível uma qualquer justificação para quem viva na ansiedade de marcar a agenda política, ainda que o povo se debata com problemas concretos que estão muito para lá dela.

A melhor agenda é a que faça corresponder o ritmo da sociedade com o da política porque esta mais não deve ser do que a expressão da vontade daquela.

A sociedade pelas mais diversas formas manifestou a sua perplexidade e indignação pelas confusões, suspeitas promiscuidades, faltas de pudor e arrogâncias, com que foi confrontada no último sufrágio eleitoral autárquico, que atingiram uma dimensão corrosiva para a crença no Estado de Direito Democrático.

A inacção, em tempo útil, do Parlamento, no exercício visível da sua função representativa, no cumprimento célere de um mandato conforme à vontade largamente maioritária do povo - que não só não se revê como rejeita, os comportamentos que se desejam integrados nas inelegibilidades que se consagram no projecto de lei apresentado - seria também penalizante para o próprio prestígio desta Câmara, o que nos compete evitar indo ao encontro do que a sociedade de nós exige como seus representantes.

E a terminar, permitam-me que relembre, em voz alta, o que há bem pouco tempo li em Agustina Bessa Luís:

«Não é a Lei que faz a reputação de um Homem, mas faz a decência»

José Pedro Aguar Branco, fonte: Gab. Imp. GP/PSD





João Pedro Saldanha Serra (*)

A nova realidade autárquica em Lisboa



sustentação e credibilização da nossa acção autárquica.

Os Presidentes de Juntas de Freguesia do PSD, membros por inerência da Assembleia Municipal, são fundamentais para garantir um conhecimento alargado e acrescido das matérias a discutir e das deliberações a tomar, assegurando uma ligação daquele órgão municipal à realidade mais próxima dos Municípios. Sendo o “rosto” do PSD que se encontra mais próximo das populações, os Presidentes de Junta são essenciais na articulação e concretização da nossa política autárquica.

Naturalmente que o desenvolvimento sustentado e sustentável de Lisboa não é tarefa de um só partido ou de uma só força política. Deve ser um projecto de todos os que gostam desta Cidade. Nesse sentido, o PSD na Assembleia Municipal deve identificar áreas e matérias onde se pode verificar uma aproximação a outras forças políticas, em benefício de Lisboa e dos Lisboaetas, sem contudo abdicar da responsabilidade e legitimidade, que lhe foi conferida pelo voto maioritário, de aplicar o seu Programa Eleitoral.

A forma como o PSD nasceu e se desenvolveu, através de um grande esforço e dedicação das suas bases, tornaram-no num Partido com fortes e naturais tradições autárquicas, que agora poderá expressar, plenamente, na cidade de Lisboa, pela acção coordenada e responsável dos seus Autarcas.

As vitórias dos autarcas do PSD nas eleições para a Câmara e Assembleia Municipais em Lisboa, bem como em 33 Juntas de Freguesia, cria uma situação política nova, nunca antes verificada desde 1976.

Pela primeira vez o PSD, sozinho, detém as presidências daqueles dois órgãos autárquicos, respectivamente com o Prof. Carmona Rodrigues e com a Dr^a Paula Teixeira da Cruz, tem maioria absoluta na Assembleia Municipal, onde entre eleitos directos e Presidentes de Junta preenche 56 de 107 lugares, e é o partido maioritário na Câmara, elegendo 8 vereadores em 17.

Pertencendo à Assembleia Municipal desde 1989, e tendo sido agora reeleito, é com enorme satisfação que registo, depois de 12 anos de oposição à gestão comunista/socialista, ter o PSD conseguido consolidar a difícil vitória de há 4 anos atrás.

Mas esta situação induz, também, uma enorme responsabilidade para o PSD e para os seus Autarcas.

Responsabilidade essa que se traduz na capacidade de transformar esta vitória numa oportunidade para Lisboa, para melhorar a qualidade de vida dos Lisboaetas e para dotar a Cidade de meios que a tornem atractiva para quem nela vive ou nela trabalha ou para quem a visita.

Neste esforço, a Assembleia Municipal assume papel fundamental, na medida em que são sujeitos à sua discussão, acompanhamento e aprovação, um conjunto de propostas e de documentos estruturantes para a Cidade, bem como para o desenvolvimento das opções e das políticas definidas pelo Executivo camarário, que foram maioritariamente sufragadas em eleições.

Questões como o planeamento estratégico e a gestão urbanística, a reabilitação e limpeza urbana, a acção social, os transportes e o estacionamento, a segurança e a protecção civil, a educação, o ambiente e os espaços verdes, a cultura e a salvaguarda de bens patrimoniais, os instrumentos de gestão, a modernização administrativa, entre outros, serão temas incontornáveis nestes 4 anos de mandato.

Mas a Assembleia Municipal também não poderá alhear-se da discussão de temas estratégicos para Lisboa e para a sua Área Metropolitana, de que a questão da localização do novo aeroporto é um mero exemplo.

Impõe-se, por isso, um PSD forte, coeso, interventivo, coordenado e empenhado na Assembleia Municipal, que garanta forte apoio político à Câmara Municipal e convicção na defesa das suas propostas e opções para Lisboa.

Para além da presença e intervenção em plenário, o trabalho dos deputados municipais do PSD nas Comissões assume grande relevância, uma vez que aí se cruzam apreciações políticas, mas também técnicas, sobre assuntos concretos da governação da Cidade, as quais poderão ser capitalizadas na

(*) – Líder da bancada PSD na Assembleia Municipal de Lisboa





as 24h00.

Só têm capacidade eleitoral activa, os militantes que se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos, seis meses, tendo em conta a data da publicação desta convocatória no «Povo Livre», cf. Reg. Eleitoral, art. 8º, nº2.

Para efeitos de votação, as urnas estarão abertas entre as 18h30 e as 23h00 do dia 13 de Fevereiro de 2006.

Loures, 20 de Dezembro de 2005

TROFA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Trofa, para reunirem em Plenário da Secção no próximo dia 06 de Janeiro de 2006, pelas 12h30 horas, no Auditório da Junta de Freguesia de Santiago de Bougado, na Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2006
- 2 – Eleições Presidenciais de 2006
- 3 – Análise da situação política

Trofa, 19 de Dezembro de 2005-12-20

SEIA

Convoca-se V. Exa. para a Assembleia de Secção a realizar na Sede na Avenida 1º de Maio, Lote 2, 6270-479, Seia, no próximo dia 29 de Janeiro, pelas 21 horas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleições para os órgãos locais
As listas de candidatos, deverão ser apresentados ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem o possa substituir, na sede do respectivo órgão, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

O Acto Eleitoral decorrerá das 21 horas às 23 horas, em simultâneo com o Plenário

- 2 – Informações e Análise da situação política

Se há hora marcada não estiver número suficiente para obtenção de quórum, reunir-se-á 30 minutos após, com qualquer número de membros quanto ao plenário.

Seia, 14 de Dezembro de 2005

NÚCLEO DE ALFENA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alfena, para reunir no dia 20 de Janeiro de 2006, pelas 19 horas, na Sede, sita à Rua de São Vicente, nº 2573, Alfena, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleições para a Comissão Política do Núcleo de Alfena

Notas:

- a) As candidaturas terão de ser entregues, nos termos do Regulamento Eleitoral, até às 24 horas do 3º dia anterior ao do acto eleitoral;
- b) Os militantes deverão ser portadores do BI e do Cartão de Militante;
- c) As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00

Valongo, 20 de Dezembro de 2005-12-20

NÚCLEO DE S. DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo do ponto do artigo 59º dos Estatutos do PSD, convocamos a Assembleia do Núcleo de Alfena, para reunir em sessão ordinária, no dia 27 de Janeiro de 2006, pelas 21h00 na Sede, em Carcavelos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação de Contas
- 3 – Eleição da Comissão Política do Núcleo

De acordo com o Artº 4º do regulamento Eleitoral, a recepção de candidaturas efectuar-se-á até às 24 horas do dia 24 de Janeiro de 2006.

S. Domingos de Rana, 15 de Dezembro de 2005



PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Concelhia do Porto, para reunir no próximo dia 4 de Janeiro de 2006, pelas 21h30, na Sede Concelhia, sita à Rua do Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa
(Nuno Leite)

NÚCLEO de LANHESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da JSD de Lanheses, para o dia 11 de Fevereiro de 2006, pelas 16h00, a realizar-se na Sede da JSD de Lanheses, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição do Núcleo de Lanheses da JSD;
- 2- Eleição da Mesa de Plenário da JSD Lanheses.

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, junto da Presidente da Mesa de Plenário.

A Presidente da Mesa

(Aurora Brandão)

PAÇOS de FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção a reunir no dia 12 de Janeiro de 2006, pelas 21h30, na Sede do PSD de Paços de Ferreira, sito na Avenida dos Templários, n.º 309, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto 1- Informações;
Ponto 2- Análise da Situação Política Actual.

O Presidente da Mesa

(Paulo Jorge Pecheco)

POVO LIVRE

*A todos os nossos leitores, militantes e simpatizantes do PSD,
desejamos um Santo Natal e um Feliz 2006*

Comunicado

Têm razão... “Não há 2... sem 3”

A aposta na Sociedade do Conhecimento, foi uma das grandes bandeiras eleitorais do actual Governo. Esta aposta é legítima e, em nossa opinião, incontestável! Mais do que ser uma causa particular de qualquer partido político, deverá ser, na actualidade, um imperativo nacional. No mundo da Globalização, são os factores intangíveis como a Informação e o Conhecimento, o Capital Humano e as capacidades de Inovação e Gestão da Mudança que diferenciam os Países e constituem os pilares da sua competitividade e nível de desenvolvimento.

O Plano Tecnológico como foi apresentado pelo Primeiro – Ministro José Sócrates, era um esplendor de desenvolvimento. Mostrava-se como um plano inteligente, inovador e de um cariz estratégico importante para Portugal, visando a fundamental competitividade.

A Juventude Social Democrata vem por este meio denunciar um “plano falhado” por parte do Governo. Um “Plano de Ilusões” que infelizmente só vem acentuar a descreditação dos jovens nas políticas do Governo. Se tínhamos dúvidas em relação à capacidade deste Governo de

transformar em acção o que promete, temos agora certezas absolutas desse facto.

Não podemos admitir que este plano tenha 3 coordenadores em tão curto espaço de tempo, mostrando a incapacidade de desenvolver políticas transversais e de grande valor para Portugal. O facto do Primeiro Ministro avocar a coordenação do projecto para o seu gabinete, **demonstra a incapacidade da sua equipa em dar seguimento a um plano que cada vez mais temos dúvidas que realmente exista.**

Exigimos que o Primeiro Ministro de Portugal assuma toda a responsabilidade na descoordenação do Plano Tecnológico e que explique como vai implementá-lo, de modo a gerar confiança nos muitos jovens que já praticamente não acreditam no efeito do Plano.

Comissão Política Nacional da JSD

Secção da JSD de Odivelas promove debate:

“JSD: Quem Fomos... e Quem somos...”

Foi num ambiente informal à volta de mesas de café que a JSD de Odivelas recebeu Pedro Passos Coelho, histórico ex-Presidente da JSD e Bruno Ventura, Presidente da Distrital de Lisboa e Vice-Presidente da CPN-JSD.

Perante uma plateia atenta e muito participativa, que encheu a sede do PSD de Odivelas até cerca das duas da manhã, convidados, militantes e simpatizantes da JSD debateram a **“JSD: Quem Fomos... e Quem Somos...”**.

O tema lançou o debate e permitiu ouvir o companheiro Pedro Passos Coelho recordar algumas das causas abraçadas pela JSD nos tempos em que presidia a estrutura. A reforma das Forças Armadas, tendo em vista a sua profissionalização e a extinção do serviço militar obrigatório e a aposta na criação daquilo a que chamavam uma política global e integrada de juventude foram duas das suas grandes bandeiras. Saliente-se que a reforma do sistema político e do ensino superior, não centrada apenas no seu financiamento foram, também, dois dos principais temas pelos quais a JSD se bateu.

Nas palavras de Pedro Passos Coelho ficaram bem patentes as diferenças entre as motivações, ambiente social e político da época, e as actuais. Bruno Ventura, para além de dar o seu testemunho em relação à JSD dos nossos dias, expôs alguns dos temas que a estrutura deve discutir, e em relação aos quais, deve ser a responsável pelo lançamento do debate público da sua discussão.

JSD Faial elege novos órgãos

Após o mandato de Paula Quaresma, os militantes da JSD Faial elegeram uma nova equipa de jovens liderada por Hugo Rombeiro e que tem como Vice-Presidentes – Miguel Leal, Sandra Rosa e Estevão Gomes e como Vogais – Ândrea Machado, Nélio Brandão, Cátia Alves, Nélia Oliveira, Diogo Duarte, Marco Nascimento, Filipe Garcia, Sandra Bettencourt e Ana Melo.

Quanto à Mesa da Assembleia de Ilha a nova Presidente é Paula Quaresma, Vice-Presidente Mara Dias e por fim os Secretários Vânia Ladeira, Délio Vargas e Ândrea Cardoso.

O novo líder da JSD Faial revelou na sua primeira intervenção a necessidade de integrar os jovens no meio político tendo como resultado uma maior aproximação da juventude à sociedade no que respeita à necessidade do voto num sistema democrático.

Essa integração poderá ser feita através da criação de núcleos de freguesia da JSD no concelho da Horta, uma das medidas a implementar por esta nova Comissão Política de Ilha.

Este será apenas um pequeno passo que a JSD Faial poderá dar para o bem da Juventude Faialense mas caberá a cada jovem ter um papel activo e preciso para o bom funcionamento destas estruturas.

Desta forma a Juventude Faialense poderá alargar substancialmente o seu leque de opiniões e debates através de propostas e incentivos tendo sempre como objectivo alcançar o melhor para a nossa Ilha.

Nesta mesma Assembleia de Ilha foram eleitos os delegados para o XVI Congresso Regional do PSD/Açores que se realiza em Ponta Delgada a 16, 17 e 18 de Dezembro



MARCA DE GERAÇÕES

«Gaste agora, pague depois...» parece ser o lema do Governo ...e o “depois”, são as futuras gerações!



No passado dia 13, após uma reunião da Direcção Nacional do PSD, que apreciou a conjuntura político-económica actual, o nosso Secretário-Geral, Miguel Macedo, reuniu-se com os órgãos de Informação, para lhes transmitir um comunicado que reflecte a posição e as preocupações do PSD, no que concerne a linha de rumo e a actuação governamental, ante a actual situação de Portugal. Disse Miguel Macedo:

1 – A política que o Governo está a seguir tem duas faces:

· Por um lado, o Governo aumenta os impostos sobre as pessoas e as empresas, acelera o aumento do desemprego e aumenta a idade da reforma. **É o Governo a pedir mais sacrifícios aos Portugueses.**

· Por outro lado, o Governo **mantém teimosamente o erro das SCUT's e repete de forma irresponsável o mesmo erro lançando a OTA e o TGV. É o novo riqüismo do Governo.** O Governo comporta-se como um novo rico. O que é preciso é gastar, fingindo que somos um País rico.

2 – Nenhuma destas obras públicas tem qualquer efeito na criação de riqueza e no aumento da competitividade do País. São novos equipamentos. Não são novas formas de criação de riqueza. O País não ficará mais rico. Provavelmente ficará ainda mais atrasado e menos competitivo.

Por este andar, um dia destes temos um País com os melhores equipamentos da Europa e com a economia mais atrasada da União Europeia.

3 – Com as SCTU's o Governo vai gastar, por ano, cerca de 700 Milhões de Euros, até 2025 (140 milhões de contos por ano).

Com a OTA o Governo vai gastar 3.000 Milhões de Euros (600 milhões de contos).

Com o TGV o Governo vai gastar cerca de 8 Mil Milhões de Euros (1600 milhões de contos), a maior parte dos quais a fundo perdido.

Gasta-se agora e paga-se depois. Daqui a uns anos estes encargos comprometem totalmente os próximos Governos e os próximos Orçamentos. Hipotecam o futuro das novas gerações. São os jovens de hoje que vão pagar

no futuro a irresponsabilidade destes encargos e destas decisões.

4 – As SCUT's são uma irresponsabilidade, como, de novo, o comprovou, ontem, o Tribunal de Contas.

A OTA é um desperdício de recursos, sem qualquer contributo para a criação de riqueza.

O TGV, lançado agora, é uma precipitação. Na fase em que o País está, com impostos a subir, crescimento económico a diminuir e desemprego a aumentar, comprometer desde já muitos milhões de euros numa obra destas é uma enorme precipitação.

Precipitação ainda porque este dinheiro nunca mais será recuperado. Precipitação, finalmente, porque a exploração futura do TGV é ainda uma incógnita em termos de rentabilidade.

5 – Mas há uma **realidade ainda mais grave** em tudo isto.

Com as SCUT's, a OTA e o TGV o País vai gastar, no mínimo, 28 Mil Milhões de Euros. Muito mais do que os Fundos Comunitários que o País está a negociar em Bruxelas e que andarão à volta de 21 Mil Milhões de Euros.

Em teoria, **estamos a negociar fundos alegadamente para a Educação, a Ciência, a Qualificação dos Portugueses, a economia do conhecimento.**

Na prática, **o Governo está a comprometer os Fundos em obras de betão que não põem a economia a criar riqueza e a gerar competitividade.**

Desta forma o Governo tenta enganar os Portugueses. O Governo quer **dar a ilusão de estarmos num País rico**, quando a verdade é que o País atravessa graves dificuldades.

O Governo quer **vender a ideia de que há dinheiro** para tudo, quando a verdade é que depois lança mais impostos sobre as pessoas e as empresas.

O Governo quer dar a sensação que o País **pode gastar o que tem e o que não tem**. A verdade é que tudo isto se paga mais tarde e, entretanto, criamos mais desemprego e agravamos a falta de competitividade do País.

- PL

